



**Ministério da Integração Nacional – MI
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC
Departamento de Prevenção e Preparação**

Módulo de Formação

Elaboração de Plano de Contingência

Apostila do aluno

1ª Edição
Brasília - DF
2017
Ministério da Integração Nacional

Presidência da República

Michel Miguel Elias Temer | Presidente

Ministério da Integração Nacional

Helder Zahluth Barbalho | Ministro

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Renato Newton Ramlow | Secretário

Departamento de Prevenção e Preparação

Adelaide Maria Pereira Nacif | Diretora

Coordenação Geral de Prevenção e Preparação

Mushue Dayan Hampel Vieira | Coordenador

Divisão de Capacitação e Difusão do Conhecimento

Leno Rodrigues de Queiroz | Chefe

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Niky Fabiancic | Representante Residente

Didier Trebucq | Diretor de País

Maristela Baioni | Representante Residente Assistente para Programa

Moema Dutra Freire | Oficial de Programa Justiça, Direitos Humanos
e Gestão de Riscos de Desastres

Graziela da Silveira | Assistente de Programa - PNUD

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção
e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres.

Módulo de formação : elaboração de plano de contingência : apostila do
aluno / Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e
Defesa Civil, Departamento de Minimização de Desastres. - Brasília :

Ministério da Integração Nacional, 2017.

ISBN (978-85-68813-07-2)

1. Defesa civil. 2. Gestão pública 3. Plano de contingência. 4. Sistema
integrado de informação sobre desastres. 5. Secretaria Nacional de Proteção
e Defesa Civil. I. Título.

CDU 351.862(81)

Ficha técnica

Coordenação e Supervisão Técnica - SEDEC/MI

Adelaide Maria Pereira Nacif
Leno Rodrigues de Queiroz
Giselle Paes Gouveia
Anderson Chagas da Silva

Elaboração do Projeto - SEDEC/MI

Giselle Paes Gouveia
Revisão - SEDEC/MI
Adelaide Pereira Nacif
Altair Pereira da Silva
Anderson Chagas da Silva
Arão Carvalho
Bruno César Pacheco
Cristianne da Silva Antunes
Giselle Paes Gouveia
Leno Rodrigues de Queiroz
Maria Cristina Dantas
Maria Hosana Bezerra André
Rafael Pereira Machado
Tiago Molina Schnorr

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Moema Dutra Freire | Oficial de Programa Justiça, Direitos Humanos e Gestão de Riscos de Desastres
Graziela da Silveira | Assistente de Programa
Fabio Ferreira Dias dos Santos | Auxiliar de Programa
Claudio Osorio Urzúa | Consultor Internacional
Ellen Cristina Balland | Orientação Pedagógica
Sarah Marcela C. Cartagena | Pesquisa e Texto
Três Design | Diagramação

Apresentação

Em resposta aos princípios e diretrizes apontadas como prioritárias nas I e II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, ocorridas em 2010 e 2014, e com objetivo de apoiar os Estados, Distrito Federal e Municípios a implementarem a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, do Ministério da Integração Nacional, disponibiliza ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e a sociedade civil o **Programa de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil da SEDEC/MI**, conforme estabelece a Lei 12.608 de 10 de abril de 2012 , que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC.

Como estratégia de implementação, o Programa foi estruturado em duas linhas de atuação: a elaboração e publicação de conteúdos e a capacitação com foco na “Formação de Formadores” e na “Multiplicação aos Municípios”. Norteados de acordo com o previsto na Política, que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, está sendo executado por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/12/017 – Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil celebrado entre a SEDEC/MI e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

Os conteúdos programáticos são apresentados em três livros: Livro Base, Apostila do Instrutor e Apostila do Aluno, com os seguintes “Módulos de Formação”:

- i. Prevenção: “Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos”
- ii. Mitigação e Preparação: “Elaboração de Plano de Contingência”
- iii. Resposta: “Gestão de Desastres, Decretação e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil”
- iv. Recuperação: “Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil para reconstrução”.

A metodologia de elaboração e atualização do presente módulo, partiu do levantamento do acervo didático-pedagógico utilizado nos cursos de capacitação promovidos pela SEDEC/MI com atuação exitosa e das contribuições dos técnicos convidados, que integraram os Grupos de Trabalho – GT's, compostos por representantes de municípios, estados, academia, pedagogos, organismos internacionais e da SEDEC/MI.

O conjunto de publicações ora apresentados não encerra a necessidade de abordagem de temáticas complementares demandadas pelo SINPDEC, havendo uma especial atenção para atualização e lançamento de outros temas.

Esperamos que o material sirva de orientação aos integrantes do SINPDEC, assim como para a sociedade civil, na prevenção e preparação à desastres e no fortalecimento da cultura de Proteção e Defesa Civil no Brasil.

Boa leitura!

Renato Newton Ramlow
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

Agradecimentos

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, do Ministério da Integração Nacional, agradece o apoio dos colaboradores, em especial aos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa civil e demais participantes que formaram o grupo de trabalho, que contribuiu na discussão para elaboração dos conteúdos a serem utilizados no **Programa de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil da SEDEC/MI**.

A participação de profissionais de órgãos federais, estaduais, municipais e de organismos internacionais de diversas áreas do conhecimento com interface em proteção e defesa civil, ofereceu uma visão ampla e qualificada, essencial para a construção do **Módulo II – Elaboração de Plano de Contingência**, com os seguintes representantes:

- Aldo Batista Neto, Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e Comandante do Centro de Ensino Bombeiro Militar – Florianópolis, SC
- Claudio Osorio Urzúa, Consultor Internacional - PNUD
- Cristiane Pauletti, Integrante do Grupo de Gestão de Riscos de Desastres (GRID) PPGEC/UFRGS e Secretária Adjunta do CEPED/RS – Porto Alegre, RS
- George Luiz Pereira Santos, Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil – Rio Branco, AC
- Kellen Salles, Subdiretora da Escola Estadual de Defesa Civil - ESDEC – Rio de Janeiro, RJ
- Sidney Furtado, Diretor do Departamento de Defesa Civil – Campinas, SP

Lista de abreviaturas e siglas

ANA

Agência Nacional de Águas

ANEEL

Agência Nacional de Energia Elétrica

ART

Anotação de Responsabilidade Técnica

CADIN

Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

CEMADEN

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CENAD

Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres

CENSIPAM

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CEPED

Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

CIMAN

Centro Integrado Multiagências

CNEN

Comissão Nacional de Energia Nuclear

COBRADE

Codificação Brasileira de Desastres

CONASQ

Comissão Nacional de Segurança Química

CPDC

Cartão de Pagamento da Defesa Civil

CPRM

Serviço Geológico do Brasil

CPTEC

Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

CREA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DNPM

Departamento Nacional de Produção Mineral

ECP

Estado de calamidade pública

EMATER

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FIDE

Formulário de Informações do Desastre

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INMET

Instituto Nacional de Meteorologia

INPE

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA

Lei Orçamentária Anual

MCid

Ministério das Cidades

MD

Ministério da Defesa

MI	Ministério da Integração Nacional	SEI	Sistema Eletrônico de Informações
MS	Ministério da Saúde	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
MTO	Manual Técnico de Orçamento	SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil	SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
NUPDEC	Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil	SIPRON	Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
ObSIS/UnB	Observatório Sismológico/Universidade de Brasília	SNH	Secretaria Nacional de Habitação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento	SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PDR	Plano Detalhado de Resposta	SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
PLANCON	Plano de Contingência	TCU	Tribunal de Contas da União
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil		
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento		
PPA	Plano Plurianual		
RDC	Regime Diferenciado de Contratações Públicas		
S2ID	Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres		
SE	Situação de emergência		
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil		

Sumário

Orientação sobre o material didático	12
Sobre o módulo: elaboração de planos de contingência	13
1. O significado do símbolo da proteção e defesa civil no Brasil e no mundo	14
2. Introdução	16
2.1. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPD	17
2.2. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC	18
3. Noções gerais para elaboração de Plano de Contingência	20
Exercício 1	21
3.1. Noções gerais	22
3.2. Elementos básicos	22
Exercício 2	23
3.3. Sobre a participação social	24
3.4. Leituras complementares	25
4. O modelo de plano de contingência no sistema integrado de informações sobre desastres – S2ID	26
Exercício 3	28
4.1. Leituras complementares	30
5. Etapas para elaboração de um plano de contingência	32
1º Passo: Percepção de Risco: A decisão de construir um plano de contingência	33
Exercício 4	34
2º Passo: A constituição de um Grupo de Trabalho-GT	34
Exercício 5	35
3º Passo: Análise do cenário de risco e cadastro de capacidades	35
Exercício 6	37
4º passo: definição de ações e procedimentos	38
Exercício 7	40
Exercício 8	41
5º passo: aprovação	42
Exercício 9	42
6º passo: divulgação	42
7º passo: operacionalização	42

8º passo: revisão	42
5.1. Leituras complementares	42
6. Etapas para organização de simulados	44
6.1. Tipos de simulados	45
6.2. Organização de um simulado em 9 passos	46
Exercício 10	47
6.3. Leituras complementares	47
7. Avaliação	48

Índice de figuras

Figura 1. Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil	17
Figura 2. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC	18
Figura 3. Reunião de órgãos setoriais para elaboração de Plano de Contingência e Simulado, Santa Catarina, 2015.	21
Figura 4. Questões relevantes para estruturação de um plano de contingência	23
Figura 5. Capacitação de Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) pela Defesa civil Municipal, Belo Horizonte - MG, 2012	25
Figura 6. Pagina de Elaboração do Plano de Contingência no S2ID	27
Figura 8. Etapas da elaboração de um Plano de Contingência.	31
Figura 9. Grupo de Trabalho analisando cenário de risco, Santa Catarina, 2016.	33
Figura 10. Preparação de Simulado no Morro do Adeus, RJ 2012.	43
Figura 11. Simulado de Mesa realizado na secretaria Nacional de Proteção e Defesa civil, Brasília/DF, 2015.	44
Figura 12. Simulado gerencial em Santa Catarina, ECADEC 2015	44
Figura 13. Ponto de encontro do Simulado no Morro do Adeus, RJ, 2012.	44

Orientação sobre o material didático

Caro(a) Agente de Proteção e Defesa Civil,

Primeiramente parabéns por estar conosco nesta luta, à disposição para salvar vidas! Obrigado por sua parceria! Foi pensando em aprimorar os seus conhecimentos e contando com sua força de vontade que elaboramos este material didático.

Construir o conhecimento ou aprender sobre um determinado assunto depende muito mais de nós mesmos do que imaginamos. Não basta receber uma informação! Ela por si só se perde no meio de tantos pensamentos e ações. É preciso absorvê-la, transformá-la em conhecimento, habilidades, para que ela se torne benéfica para nossas ações.

- Essa apostila poderá ser um instrumento essencial para suas ações enquanto Agente de Proteção e Defesa Civil. Siga as dicas para facilitar ainda mais seu trabalho:
- Leia atentamente cada unidade para entender todo o assunto.
- À medida que for lendo, faça intervalos para compreender a essência do que foi lido.
- Preste atenção nos quadros, ícones e ilustrações, eles contêm mensagens importantes.
- Tenha o hábito de fazer esquemas e anotações ao longo dos textos – Rabisque sem medo sua apostila – Ela é sua e suas anotações serão importantes no futuro.
- Anote as dúvidas que surgirem durante a leitura e esclareça-as com os instrutores.
- A cada tema tratado tente fazer relações com sua realidade local, faça anotações sobre essas suas descobertas.

Espero que estas dicas possam te guiar neste desafio de aprender para agir melhor e que este material se torne uma grande ajuda para os possíveis desafios que você venha enfrentar dentro das ações de Proteção e Defesa Civil.

Tenha um ótimo curso!

Equipe Pedagógica

Sobre o módulo: elaboração de planos de contingência

O conteúdo do Módulo “Elaboração de Plano de Contingência” foi organizado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC/MI, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O curso possui a seguinte estrutura:

I. Ementa

Carga horária: 16h

Público alvo: Agentes públicos de proteção e defesa civil (incisos II e III, Art.18, Lei 12.608/12)

Objetivo geral do curso: Desenvolver habilidades e ampliar conhecimento sobre a elaboração de planos de contingências e sobre planejamento e execução de simulados

Objetivos específicos do curso:

- Ampliar conhecimento sobre Planos de Contingência (conceitos, aspectos legais, modelos)
- Compreender a função de Plano de Contingência dentro do processo de gestão
- Desenvolver habilidades para elaboração de planos de contingência
- Ampliar conhecimento sobre planejamento de simulados
- Desenvolver habilidades para execução de simulados
- Desenvolver habilidades para execução de simulados

II. Quadro Cronograma do Curso

Período	1º Dia	2º Dia
Período 1	Abertura do curso	Unidade 5:
	Unidade 3: Introdução e Noções Gerais	Etapas para elaboração de Planos de Contingência – Passo 4 e 5
	Participação Social e Elementos Básicos	Etapas para elaboração de Planos de Contingência – Passo 6 a 8
Período 2	Unidade 4: Plano de Contingência no S2ID e outros Modelos Nacionais e Internacionais	Unidade 6: Simulados
	Unidade 5: Etapas para elaboração de Planos de Contingência Passos 1 a 3	Avaliação Encerramento do curso

1. O significado do Símbolo da Proteção e Defesa Civil no Brasil e no Mundo





O triângulo equilátero representa a cooperação de todos, a união de esforços, com o objetivo de proteger a vida. A base desse triângulo representa a segurança e estabilidade. Os dois vértices representam a prevenção e a ação, medidas fundamentais para a proteção de toda a população.



As mãos estilizadas representam o cuidado e o amparo com a população em geral.



A cor azul remete à tranquilidade, ao equilíbrio e à serenidade necessária a todos na realização dessas atividades.



A cor laranja traduz o calor humano e a solidariedade, além de ser a simbologia oficial das ações de Proteção e Defesa Civil.

2. Introdução



Figura 1. Gestão Integrada em Proteção e Defesa Civil.
Fonte: Elaboração SEDEC/MI, 2017.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, estabelecida por meio da Lei 12.608, prevê que as ações de proteção e defesa civil sejam organizadas pelas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Assim, para cada uma delas há responsabilidades específicas, ao mesmo tempo em que se considera que façam parte de uma gestão sistêmica e contínua.

O conjunto dessas ações é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente, que envolve a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, configurando uma gestão integrada em proteção e defesa civil.

2.1. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC

A PNPDEC, é o marco doutrinário da proteção e defesa civil no Brasil, estabelecida pela lei 12.608. Expressa

pelas diretrizes e objetivos instituídos na política e por sua vez, concentra-se em definir as competências dos entes federados, estabelecendo uma abordagem sistêmica para a gestão de risco, dentro das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Duas informações são aqui bastante importantes. Como abordagem sistêmica deve-se considerar que suas ações possuem relação entre si, e jamais ocorrem de maneira isolada. Ou seja, mesmo em momentos de recuperação, por exemplo, a perspectiva da prevenção deve estar presente. É a isto que se refere o Quadro de Sendai quando menciona a máxima “Reconstruir Melhor que Antes”.

Da mesma maneira, pensar a gestão de risco como ação integrada significa dizer que o conjunto dessas ações é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente, que envolve a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, configurando uma gestão integrada em proteção e defesa civil.

2.2. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil- SINPDEC

A Proteção e Defesa Civil é organizada por meio de um sistema, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, com a seguinte estrutura prevista na Lei 12.608/12:



Figura 2. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.
Fonte: Elaboração SEDEC/MI, 2017.

3. Noções gerais para elaboração de Plano de Contingência



Figura 3. Reunião de órgãos setoriais para elaboração de Plano de Contingência e Simulado, Santa Catarina, 2015.
Fonte: SEDEC/MI.

Objetivo da unidade

Este tópico tem a finalidade de iniciar a compreensão sobre o tema de planos de contingência, abordando aspectos relacionados a objetivos, conceitos, ações de proteção e defesa civil, articulações necessárias e participação social.

O conteúdo completo está disponível no Livro Base deste curso (Introdução e Capítulo 1). Aqui destacaremos os pontos principais, propondo alguns exercícios para fixação de conteúdo.

Exercício 1

Caro participante,
Siga as orientações de seu instrutor para completar
a atividade abaixo:
Considerando as ações de proteção e defesa civil e o
seu conhecimento na área, reúna-se em grupos ou

duplas, e procure criar uma definição para o plano de contingência.

Em seguida, compartilhe sua definição com os demais grupos e discutam sobre o assunto.

Neste contexto, na etapa de preparação, o **Plano de Contingência - PLANCON** funciona como um planejamento da resposta e por isso, deve ser elaborado na normalidade, quando são definidos os procedimentos, ações e decisões que devem ser tomadas na ocorrência do desastre. Por sua vez, na etapa de **resposta**, tem-se a operacionalização do plano de contingência, quando todo o planejamento feito anteriormente é adaptado a situação real do desastre.

A elaboração e a execução do plano de contingência contribui diretamente para que o município cumpra com suas atribuições com relação às seguintes competências previstas na Lei 12.608/12, Artigo 8º:

- Organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população para assistência a população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança (Inciso VIII)
- Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres (Inciso IX).
- Mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre (Inciso X).
- Realizar regularmente exercícios simulados, conforme plano de contingência de Proteção e Defesa Civil (Inciso XI).
- Promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre (Inciso XII).
- Proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres (Inciso XIII).
- Estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas (Inciso XV).
- Ainda segundo o conteúdo da PNPDEC constante na Lei 12.608/12, a competência da gestão

municipal na elaboração do plano de contingência inclui sua avaliação e prestação anual de contas, por meio de audiência pública e realização regular de exercícios simulados, (art. 22,§6º Lei 12.608) conforme descrito no capítulo 4 deste livro.

3.1. Noções gerais

O objetivo de um plano de contingência é o de possibilitar que preparação e resposta sejam eficazes, protegendo a população e reduzindo danos e prejuízos.

Conforme a Instrução Normativa nº 02 de 20 de Dezembro de 2016, Plano de Contingência é documento que registra o planejamento elaborado a partir da percepção do risco de determinado tipo de desastres e estabelece os procedimentos e responsabilidades.

Um entendimento adequado à proposta metodológica apresentada neste livro é:

“Documento que registra o planejamento elaborado a partir da percepção e análise de um ou mais cenários de risco de desastres e estabelece os procedimentos para ações de monitoramento (acompanhamento das ameaças), alerta, alarme, fuga, socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais”.

Os processos de elaboração de planos de contingência podem ser estruturados a partir de três questões, apresentadas na figura seguinte:

3.2. Elementos básicos

A partir do entendimento do que é um plano de contingência e de qual seu objetivo, pode-se considerar da Lei 12.340/10 que estabelece (Parágrafo 7º, Artigo 3º) alguns elementos a serem considerados no plano de contingência de proteção e defesa civil.

- Indicação das responsabilidades de cada órgão na gestão de desastres, especialmente quanto às ações de preparação, resposta e recuperação;
- Definição dos sistemas de alerta a desastres, em articulação com o sistema de monitoramento, com especial atenção dos radioamadores;
- Organização dos exercícios simulados, a serem

1. Definição construída para fins didáticos por Grupo Técnico e DMD, 2016.

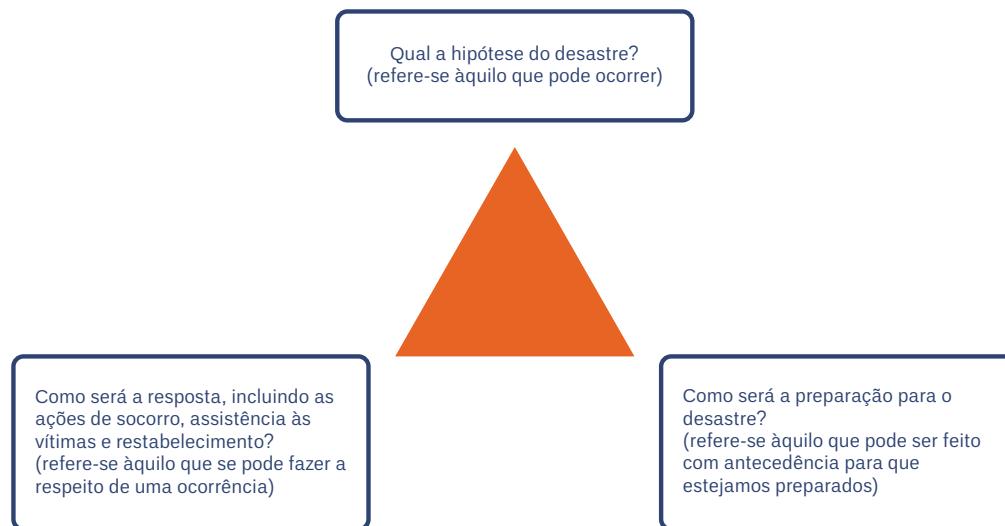


Figura 4. Questões relevantes para estruturação de um plano de contingência.

Fonte: Adaptado de RED CROSS, 2012.

realizados com a participação da população;

- Organização do sistema de atendimento emergencial à população, incluindo-se a localização das rotas de deslocamento e dos pontos seguros no momento do desastre, bem como dos pontos de abrigo após a ocorrência de desastre;
- Definição das ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico aos atingidos por desastre;
- Cadastramento das equipes técnicas e de voluntários para atuarem em circunstâncias de desastres;
- Localização dos centros de recebimento e organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos.

Além disso, recomendamos uma sequência de elementos que deve orientar a elaboração de um plano de contingência, independente do modelo de construção que se adote:

- Estudo de cenário de risco
- Sistema de monitoramento
- Sistema de alerta
- Sistema de alarme
- Fuga
- Ações de socorro
- Ações de assistência às vítimas
- Ações de restabelecimento de serviços essenciais

Exercício 2

Caro participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

1. Leia o conteúdo o Parágrafo 7º, Artigo 3º da Lei 12.340/10 acima e sublinhe as palavras chaves.
2. Em seguida, complete quais órgãos setoriais você julga necessário acionar em cada item da tabela a seguir.

Elementos básicos	Órgãos setoriais
Estudo de cenário de risco	
Monitoramento	
Alerta	
Alarme	
Evacuação (Fuga)	
Socorro	
Assistência	
Restabelecimento	

3.3. Sobre a participação social

O envolvimento da sociedade civil contribui e facilita a atuação do gestor de proteção e defesa civil principalmente por que:

- Amplia a compreensão da população acerca dos riscos e das ações de gestão, gerando uma postura de corresponsabilidade.

- Reforça a credibilidade do gestor e de sua equipe, pois a população sente-se parte integrante do processo de tomada de decisão.
- Favorece o cumprimento de exigências legais em relação à participação e controle social.

As ações participativas, portanto, não devem se restringir apenas a capacitações ou audiências públicas posteriores à elaboração do plano de contingência.



Figura 5. Capacitação de Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) pela Defesa civil Municipal, Belo Horizonte - MG, 2012.

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Antes, podem e devem envolver as comunidades e seus representantes já nas fases de planejamento. Vejamos algumas maneiras de realizar essa aproximação com a sociedade civil:

- Criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC's
- Colegiado Municipal de Proteção e Defesa Civil
- Espaços formais de participação e controle social
- Validações e capacitações
- Outros instrumentos de gestão de risco

3.4. Leituras complementares

- **Plano Diretor e Lei 10.257/10:** estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras pro-

vidências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

• **Manual Sistema de Comando em Operações:** discute as estratégias necessárias à implantação dessa ferramenta gerencial (modelo), sistêmica e contingencial, que sirva para padronizar ações de resposta em desastres de qualquer natureza ou tamanho.

<http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Manual-de-Gerenciamento-de-Desastres.pdf>

4. O modelo de Plano de Contingência no Sistema Integrado de Informações sobre desastres – S2ID

4. O modelo de Plano de Contingência no Sistema Integrado de Informações sobre desastres - S2ID

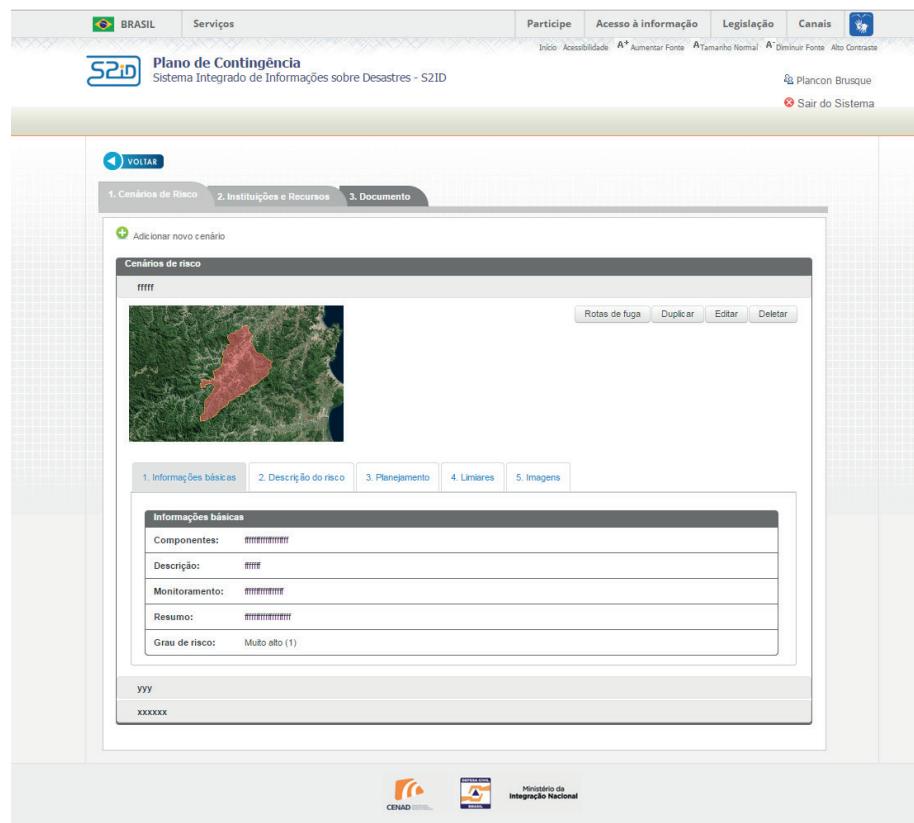


Figura 6. Página de Elaboração do Plano de Contingência no S2ID.

Objetivo

Este capítulo tem como objetivo fornecer orientações PRECISAS quanto ao uso Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID para apoio à elaboração e registro de Planos de Contingência

O conteúdo completo está disponível no Livro Base deste curso (Capítulo 4)

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID integra diversos produtos da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC/MI. Tem o objetivo de qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil por meio da informatização de processos e disponibilização de informações sistematizadas dessa gestão.

O governo federal, ao cumprir com sua atribuição de apoiar Estados e Municípios na execução da PNPDEC, realiza duas ações diretas que contribuem para a elaboração de planos de contingência. De um lado estão as capacitações oferecidas

pela União, e de outro a disponibilização do S2ID com um módulo específico de cadastro para plano de contingência (<https://s2id.mi.gov.br/>).

Um dos módulos do S2ID está dedicado ao registro e atualização do plano de contingência. O correto preenchimento do plano consiste em realizar o cadastramento destas informações, tendo como produto resultante um documento final. É importante citar que existem outros modelos de elaboração de Plano de Contingência.

A interface do sistema está dividida em três abas que guiam o usuário no preenchimento do plano:

- **Cenários de risco:** trata-se da primeira aba a ser preenchida, sendo possível inserir, atualizar e remover cenários de risco. Está subdividida em inserção de setores; informações básicas do cenário; abas internas; remoção de cenários; e duplicação de cenários
- **Instituições e recursos:** trata-se da segunda aba a ser preenchida, onde é possível gerenciar as

instituições que fazem parte do plano de contingência. Está subdividida em cadastro de instituições; edição de instituições; remoção de instituições; responsável por uma instituição; cadastro de recursos; edição de recursos; e remoção de recursos.

- **Documento:** após finalizar o cadastro de cenários, instituições e recursos o próximo passo consiste em configurar o documento do plano de contingência, sendo possível visualizar um resumo do que já foi preenchido e o que ainda falta preencher. Por fim, é possível gerar versões para o plano de contingência.

Ao concluir o preenchimento do plano de contingência, o usuário gera um documento final assim organizado:

- Apresentação
- Cenários de risco
- Planilha de recursos
- Instituições envolvidas
- Listas de contato
- Atribuições específicas
- Anexos

Lembre-se de que se você optar por seguir um modelo diferente do S2ID (outros modelos apresentados no item 2.1 Leituras Complementares), você ainda sim pode cadastrá-lo no sistema e manter um contato direto com o governo federal. Basta utilizar a ferramenta de anexos e anexar um PDF do seu documento final

Exercício 3

Caro participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

Em grupos, identifique no Plano de Contingência disponibilizado pelo seu instrutor os elementos previstos na lei 12983/14, trabalhados nesta unidade.

4. O modelo de Plano de Contingência no Sistema Integrado de Informações sobre desastres - S2ID

4.1. Leituras complementares

- **Lei 12.983/14:** Altera a Lei no 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12983.htm
- Outros Modelos de Plano de Contingência:

Outros Modelos de Plano de Contingência

Modelo de Tubarão, Santa Catarina	http://www.tubarao.sc.gov.br/uploads/681/arquivos/393566_PLANO_DE_CONTINGENCIA.pdf]
Modelo CEPED UFSC	http://www.indeci.gob.pe/prev_desat/pdfs/guia_marco_plan_contig.pdf]
Modelo do Paraná	http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=254
Modelo Indeci, Peru	http://www.indeci.gob.pe/prev_desat/pdfs/guia_marco_plan_contig.pdf]
Modelo de San Salvador, El Salvador	https://www.asturias.es/portalTipo/Fichero/Archivos/Plan_de_emergencia_para_inundaciones.pdf
Modelo de New Orleans, EUA	http://www.rrt6.org/Uploads/Files/sectorneworleans_acp%20-%202013.pdf]

5. Etapas para elaboração de um Plano de Contingência

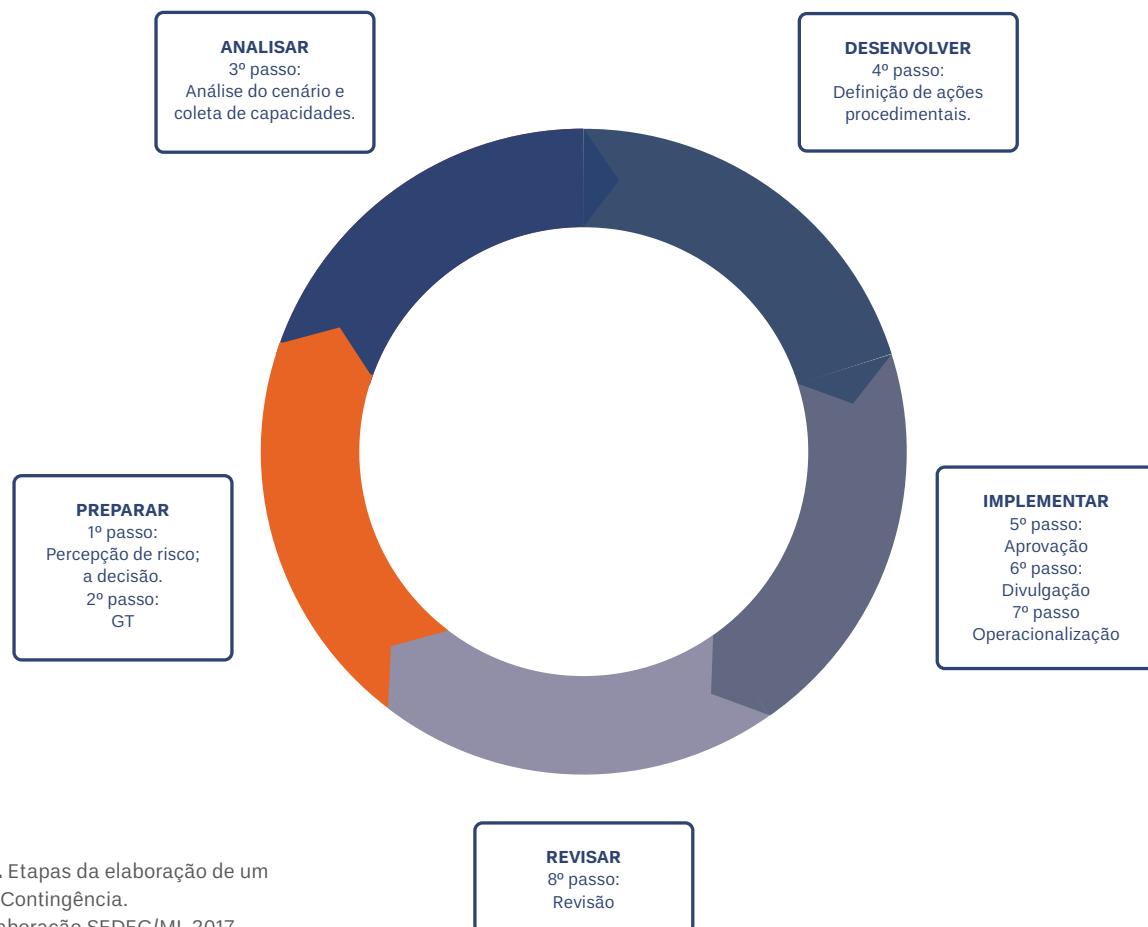


Figura 8. Etapas da elaboração de um Plano de Contingência.

Fonte: Elaboração SEDEC/MI, 2017.

Objetivo

Este tópico tem a finalidade de reforçar os conteúdos sobre as 8 etapas para elaboração de planos de contingência, desde a percepção do risco e análise do cenário de risco até revisão do plano de contingência.

O conteúdo completo está disponível no Livro Base deste curso (Capítulo 5). Aqui destacaremos os pontos principais, propondo alguns exercícios para fixação de conteúdo.

O passo a passo será detalhado considerando o ciclo de planejamento que contempla cinco etapas: preparar, analisar, desenvolver, implantar e revisar. Por se tratar de um documento que deve ser constantemente atualizado, percebe-se que após a etapa denominada revisar, retorna-se à caixa de desenvolver, mantendo o ciclo permanente de atualização do plano de contingência.

1º Passo: Percepção de Risco: A decisão de construir um plano de contingência

A decisão de se elaborar o Plano de Contingência reflete a percepção do risco local. Como já foi explicado, um Plano de Contingência pode ser elaborado para um ou mais cenários de risco e consolidado em um único Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil do município (conforme PNPDEC, art. 22, § 6º). No entanto, tal opção deverá considerar se o mesmo plano pode atender aos diferentes cenários.

Assim, a primeira etapa é decidir qual cenário de risco será trabalhado para cada plano de contingência, considerando aspectos como:

- Histórico de desastres, obtido diretamente em fontes oficiais – nacionais e locais, além de outras fontes locais como entrevistas com moradores mais antigos, pesquisas em notícias de jornais;
- Consulta de histórico de desastres no S2ID;
- Setorização de Risco fornecida pelo CPRM
- Outros cenários de riscos já identificados localmente

Exercício 4

Caro participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

1. Com seu grupo, escolha um Município a ser trabalhado durante toda unidade.
2. Liste suas principais ameaças nas linhas abaixo
3. Complete o quadro com o histórico de ocorrência de desastres

Principais ameaças:

Histórico de ocorrências:

Período	Ocorrências
Anteriores à década de 1970	
Década de 1970	
Década de 1980	
Década de 1990	
Década de 2000	
Década de 2010	



Figura 9. Grupo de Trabalho analisando cenário de risco, Santa Catarina, 2016.

Fonte: SEDEC/MI.

- Habitação e abrigos
- Lideranças comunitárias e moradores de áreas de risco
- Meio ambiente
- Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil;
- ONGs com atuação humanitária
- Saúde e Saneamento
- Segurança aérea e marinha
- Serviços de emergência médica, como SAMU
- Socorro e emergência (comida, água, vestuário)
- Entre outros.

Exercício 5

Caro participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

Imagine que você precisa apresentar ao prefeito do seu município a proposta para elaboração de um plano de contingência. Retorne à tabela do Exercício 3 e preencha a última coluna, indicando quais seriam os órgãos integrantes do seu Grupo de Trabalho

EXERCÍCIO 3 – Página 29

3º Passo: Análise do cenário de risco e cadastro de capacidades

Este é momento em que se deve organizar dois resultados a partir da análise dos documentos disponíveis: **cenário(s) de risco, e cadastro de recursos**.

O quadro a seguir apresenta uma matriz de orientação de busca de dados e informações organizados por ameaça, vulnerabilidades e capacidade e recursos.

Segue uma lista de alguns dados produzidos pelo Governo Federal que poderão auxiliá-lo nessa etapa.

- **Descrição do(s) cenário(s):** é o primeiro resultado da análise de dados, devendo prever aspectos como: número de pessoas afetadas; necessidades prioritárias de atendimento humanitário; demandas logísticas; qualidade de acesso e geografia local; escala de resposta (comunitária, governamental, agências especializadas); e serviços afetados (comércio, escolas, infraestrutura, etc.).

O quadro a seguir apresenta um exemplo de organização das informações relacionadas aos cenários de risco.

Temas	Documentos sugeridos
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> Mapa falado Mapas de risco, geológicos de áreas suscetíveis a movimentos de massa, hidrológicos ou de áreas suscetíveis a alagamentos Registro de estações de monitoramento Dados de vento, chuva, nível do mar e dos rios Relatórios de vistorias Histórico de desastres (banco de dados, notícias e outros)
Vulnerabilidades	<ul style="list-style-type: none"> Carta geotécnica Plano Diretor Dados demográficos (setor censitário do IBGE, por exemplo) Diagnósticos socioambientais (secretarias de meio ambiente, saúde, economia, assistência social, educação, planejamento, dentre outros) Relatórios de equipes de saúde da família (grupos vulneráveis, por exemplo) Cadastro da população situada no cenário de risco, contendo peculiaridades tais como: idosos, crianças e adolescentes, ressaltando recém-nascidos; pessoas com necessidade de entendimento especial; hospitais locais e regionais; e demais equipamentos sociais etc.
Capacidades e recursos	<ul style="list-style-type: none"> Planos de emergências das agências de resposta Estrutura e equipe da prefeitura municipal Equipamentos sociais com capacidade de suporte (hospitais locais e regionais, de infraestrutura, de transporte, abrigos, ginásios dentre outros) Lideranças comunitárias

Tipo de dado	Fonte no governo federal
Setorização - CPRM	http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geologia-de-Engenharia-e-Riscos-Geologicos/Setorizacao-de-Riscos-Geologicos-4138.html
Cartas geotécnicas - Ministério das Cidades	http://www.cidados.gov.br/
Dados hidrológicos - ANA	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/saladesituacao/default.aspx
Dados meteorológicos: INMET e CPTEC/INPE	http://www.inmet.gov.br/portal http://www.cptec.inpe.br/
Dados demográficos - IBGE	http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=89
Estações de monitoramento - CEMADEN	http://www.cemaden.gov.br/mapainterativo/
MI/SEDEC - Histórico de ocorrência de Desastres – S2ID	https://s2id.mi.gov.br/paginas/monitoramento/index.xhtml

- **Cadastro de recursos:** é o segundo resultado da análise dos dados, que deve definir como cada instituição pode contribuir para o momento de resposta, informações de descrição, quantidade, pessoa responsável e contato. Em geral, esses recursos incluem:
 - » Recursos Humanos (administrativo e técnico) do órgão municipal de proteção e defesa civil, voluntários, equipes de apoio, população residente em áreas de risco
 - » Recursos Institucionais – público e privado.

Ameaça	Vulnerabilidades	Risco	Capacidades e recursos
Inundação	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura deficiente. • Sistema de drenagem falho. • Sistema de saneamento falho. • Condição das edificações precárias • Grupos sociais vulneráveis 	<ul style="list-style-type: none"> • O rio inunda afetando casas da vizinhança. • As casas são alagadas no nível do chão. • Aparelhos domésticos são danificados. • Mortes entre os grupos mais vulneráveis (idosos e crianças). 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento • Pessoas capacitadas • Locais para estocagem dos aparelhos domésticos • Plano de Fuga

Exercício 6

Caro participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

Utilize o modelo do quadro de descrição do cenário de risco e preencha de acordo com a realidade do município que seu grupo escolheu para trabalhar nesta unidade. Depois, compare os quadros dos diferentes grupos e discutam sobre a atividade.

Ameaça	Vulnerabilidades	Risco	Capacidades e recursos

Sugestão plano de aula 2ª parte

4º Passo: Definição de ações e procedimentos

Na etapa de preparação, a organização dessas ações e procedimentos varia de acordo com o modelo de plano de contingencia e **não se deve prever uma ação ou procedimento que demande um recurso que não conste no cadastro.**

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC/MI recomenda que devem ser previstos procedimentos para as seguintes **ações básicas:**

- Monitoramento, Alerta e Alarme: trata-se de um processo integrado de três momentos distintos, mas interdependentes e sequenciais.
- O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil identificou dez desastres mais recorrentes em território brasileiro de maneira

a apoiar suas ações de monitoramento.

- Fuga (evacuação)
- Ações de socorro
- Assistência às vítimas
- Restabelecimento de serviços essenciais

Para cada procedimento previsto é necessário que haja:

- Atribuição a um responsável dentre os órgãos do SINPEDEC que melhores condições possuem para executar as ações previstas.
- Definição de mecanismos de coordenação e operação
- Definição de condições de aprovação, divulgação e revisão do plano

Ao fim, espera-se que a organização como exemplo abaixo:

Ameaças	Forma de monitoramento
Tornados, vendavais, granizos (meteorológicos)	INMET e CPTEC
Inundações, enxurradas e deslizamentos (geohidrológicos)	CEMADEN (Municípios monitorados)
Inundações (hidrológicos)	SUDAM/UFPA, ANA, CPRM, CENSIPAM, CEMADEN
Secas e estiagens	ANA
Incêndios florestais	IBAMA e Plataforma CIMAN Nacional
Radiológicos / Nuclear	CNEN / SIPRON
Produtos perigosos	IBAMA / CONASQ
Saúde	Ministério da Saúde
Sismológicos	ObSIS/UnB e CPRM
Ruptura de barragens	Aneel, DNPM e ANA

5. Etapas para elaboração de um Plano de Contingência

Ação	Exemplo de Procedimento	Recursos Necessários	Responsável	Atribuição
Monitoramento	Definição de índices pluviométricos (índice de chuvas) limítrofes Acompanhamento de cota alerta e de transbordamento hidrológicos			
Alerta	Checagem municipal comparando os dados do monitoramento com os parâmetros de risco			
Alarme	Acionamento mecanismos de difusão a partir de XX mm de precipitação			
Fuga (evacuação)	Acionamento da equipe responsável por guiar população para o ponto de encontro			
Socorro	Acionamento do ponto de encontro			
	Busca e salvamento			
	Primeiros socorros			
Assistência às vítimas	Assistência médica para a população afetada			
	Instalação de abrigo			
	Suprimento de material de abrigamento (ajuda humanitária - cestas básicas, colchões, etc), vestuário, limpeza e higiene pessoal			
	Fornecimento de água potável			
	Provisão de meios de preparação de alimentos			
	Instalação de lavanderias e banheiros			
Restabelecimento de serviços essenciais	Protocolo de atendimento aos animais			
	Suprimento e distribuição de energia elétrica			
	Esgotamento sanitário			
	Limpeza urbana			
	Suprimento e distribuição de água potável			
	Restabelecimento dos sistemas de comunicação			
	Desinfecção e desinfestação dos cenários de desastres			

Exercício 7

Caro participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

Você conseguiria fazer uma tabela de monitoramento semelhante para sua localidade (Estado ou Município)?

Preencha a tabela a seguir.

Quais órgãos são responsáveis por cada tipo de monitoramento?

Os dados desses órgãos são facilmente acessados, ou é preciso estabelecer um protocolo de cooperação?

Ocorrências que geram cenários de risco	Risco presente em minha localidade (sim/não)	Forma ou órgão de monitoramento local	Acesso (disponível / necessário protocolo)
Tornados, vendavais, granizos (meteorológicos)			
Inundações, enxurradas e deslizamentos (geohidrológicos)			
Inundações (hidrológicos)			
Secas e estiagens			
Incêndios florestais			
Radiológicos			
Produtos perigosos			
Saúde			
Sismológicos			
Ruptura de barragens			
Outros			

Exercício 8

Caro participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

De acordo com o cenário de risco apontado no exercício anterior, defina 4 procedimentos para cada ação, considerando os recursos necessários, os responsáveis e suas atribuições.

Ação /Procedimento	Recursos necessários	Responsável	Atribuições
Monitoramento: 1. 2. 3. 4.			
Alerta: 1. 2. 3. 4.			
Alarme: 1. 2. 3. 4.			
Fuga: 1. 2. 3. 4.			
Socorro: 1. 2. 3. 4.			
Assistência às vítimas: 1. 2. 3. 4.			
Restabelecimento: 1. 2. 3. 4.			

5º Passo: Aprovação

Constitui-se pelas seguintes atividades:

- Consulta pública
 - Audiência pública
 - Validação

Exercício 9

Caro participante,

Siga as orientações de seu instrutor para completar a atividade abaixo:

É possível simular uma audiência pública de apresentação de um plano de contingência? Escolham um dos municípios trabalhados durante a unidade e dividam-se entre representantes da comunidade, de empresas e de agentes públicos.

Estou representando:

Pontos importantes para minha participação:

6º Passo: Divulgação

O documento final do plano de contingência deve ser de conhecimento público, que pode estar disponível em sites da prefeitura e de outras instituições, além de ser publicado em Diário Oficial. Há, porém, no documento final, **informações sensíveis, como telefones de autoridades e deve estar disponível apenas aos órgãos responsáveis pelas ações de acionamento.**

7º Passo: Operacionalização

A operacionalização do plano ocorre a cada simulado (descrito na Unidade 4) alerta, alarme ou ocorrência de desastre, devendo seguir os procedimentos e ações previstos no documento final. É importante que após o término da emergência a experiência sirva como instrumento de prevenção e avaliação e revisão do plano.

8º Passo: Revisão

Constitui-se pelas seguintes atividades:

- Atualização de cadastros: Contatos de emergência da equipe e dos órgãos de resposta; dados de transporte e logística; disponibilidade das estruturas de emergência; listas de recursos disponíveis.
 - Situações reais: Necessidades de revisão verificadas quando ocorrem desastres.
 - Situações simuladas: Necessidades de revisão verificadas quando ocorrem os treinamentos simulados.

5.1. Leituras complementares

- **Dados hidrológicos - ANA:** Sala de situação que disponibiliza boletins diários, informes especiais, sistema de acompanhamento de reservatórios, entre outras informações.

<http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/salade-situacao/default.aspx>

- **Dados meteorológicos - INMET:** Dados de monitoramento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que incluir informações de avisos, precipitação acumulada, previsão numérica e tempo.

<http://www.inmet.gov.br/portal>

- **Dados demográficos - IBGE:** site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que disponibilizada dados da pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros entre 2006 e 2015.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=89

- **Estações de monitoramento – CEMADEN:** mapa interativo do CEMADEN que permite obter dados em tempo real obtidos pela Rede Observacional para Monitoramento de Risco de Desastres.

<http://www.cemaden.gov.br/mapainterativo/>

- **Histórico de ocorrência de desastres – S2ID:** Módulo do S2ID que permite consultar ocorrência de desastres por tipo, data e unidade federativa.

<https://s2id.mi.gov.br/paginas/monitoramento/index.xhtml>

- **Setorização - CPRM:** Conjunto de dados de setorização de riscos produzidos pela CPRM para 821 municípios brasileiros, em escala variável de 1.000 a 3.000.

<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geologia-de-Engenharia-e-Riscos-Geologicos/Setorizacao-de-Riscos-Geologicos-4138.html>

6. Etapas para Organização de Simulados



Figura 9. Preparação de Simulado no Morro do Adeus, RJ 2012.
Fonte SEDEC/MI.

Objetivo

Este tópico tem a finalidade de trabalhar os conteúdos sobre as etapas para organização de exercícios simulados, que podem ser realizados a partir de diversos modelos e proposta diferentes. O conteúdo completo está disponível no Livro Base deste curso (Capítulo 4). Aqui destacaremos os pontos principais, propondo alguns exercícios para fixação de conteúdo.

6.1. Tipos de simulados

Os simulados, considerados como exercícios e treinamentos, podem ser organizados de diversas maneiras, envolvendo todos os grupos e todas as ações previstas no plano de contingência, ou apenas parte delas. Assim, as ações podem ser direcionadas especificamente para uma população adulta, para as equipes de atendimento e/ou para os voluntários, etc. Alguns simulados podem ainda ser realizados para

setores, ações ou procedimentos específicos do plano de contingência abrigos, busca e salvamento, preparação comunitária, e /ou atendimento de saúde emergencial. Além disso, os simulados possuem algumas modalidades, como as descritas abaixo:

- **Simulados de mesa:** por meio de recursos como mapas das áreas de risco e veículos de brinquedo dispostos em uma grande mesa, por exemplo, as equipes de resposta selecionadas treinam aspectos específicos do plano de contingência, como os deslocamentos e os posicionamentos de segurança, as rotas de fuga, os recursos necessários, etc. Essa modalidade permite uma visão sistêmica de toda operação de resposta e a percepção da ocupação das áreas críticas e dos requisitos de segurança para as equipes.
- **Simulados de açãoamento:** são os exercícios e treinamentos que executam apenas a parte do plano de contingência referente à mobilização das equipes de resposta. Servirá para avaliar os tempos de açãoamento, a informação correta e atualiza-



Figura 10. Simulado de Mesa realizado na secretaria Nacional de Proteção e Defesa civil, Brasília/DF, 2015.

Fonte: SEDEC/MI.



Figura 11. Simulado gerencial em Santa Catarina, ECADEC 2015

Fonte: SEDE/MI.



Figura 12. Ponto de encontro do Simulado no Morro do Adeus, RJ, 2012.

Fonte: SEDE/MI.

da de contatos, o conhecimento do plano de contingência de quem está sendo acionado, etc. Nessa modalidade não há deslocamentos reais de recursos.

- **Simulados internos:** são os exercícios que não envolvem a população, mas apenas as equipes de resposta. Neste caso, é preciso escolher um cenário de risco e desenvolver detalhes sobre a evolução desse cenário, de modo a avaliar a organização das informações, o desenvolvimento do plano de ação, a organização estrutural e de controle de recursos da operação, etc.

- **Simulados externos:** neste caso, após a definição do cenário e dos detalhes sobre sua evolução será preciso mobilizar, além das equipes de resposta, a própria comunidade afetada pelo cenário que está sendo avaliado. São treinados aspectos como os sistemas de alerta e alarme, a evacuação das áreas de risco, o deslocamento das equipes de resposta, a gestão do desastre como um todo, etc. Os simulados externos devem garantir uma grande atenção às questões de segurança, uma vez que acidentes reais podem acontecer durante o treinamento.

6.2. Organização de um simulado em 9 passos

- **1º passo:** decidir pela realização do simulado, devendo atender às definições de periodicidade (de quanto em quanto tempo se realizada) e de responsabilidade (quem organiza o simulado) previstos no plano de contingência e definir modalidade.

- **2º passo:** escolher cenário e a modalidade.
- **3º passo:** escolher procedimentos e ações a serem testados e treinados.

- **4º passo:** distribuir tarefas entre equipe de treinamento, equipe de observação e avaliação, e equipe de suporte.

- **5º passo:** definir ações de mobilização para o simulado, incluindo comunicações oficiais, reuniões comunitárias, ampla divulgação, e produção de material de orientação.

- **6º passo:** definir o roteiro incluindo ações de preparação, de operacionalização e de pós simulado.

- **7º passo:** realizar o simulado, que em geral inclui uma reunião de abertura, a encenação do roteiro e o encerramento com desmobilização.
 - **8º passo:** avaliar o simulado, com base em formulários e no trabalho de observadores e avaliadores.
 - **9º passo:** documentar o simulado, por meio de relatório e atualizar informações do plano de contingência a partir dos resultados obtidos.

Exercício 10

Caro participante,
Siga as orientações de seu instrutor para completar
a atividade abaixo:
Junto com seu grupo, e considerando o trabalho rea-
lizado no exercício anterior para o município escolhido,
faça agora o planejamento de um simulado, seguindo
os passos de 1 a 6 apresentados.

- ### **6.3. Leituras complementares**

- **Guia de orientações para elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres:** construído a partir da experiência de três exercícios simulados de preparação para desastres realizados, simultaneamente, no nordeste brasileiro em maio de 2011.

http://www.mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=759c31f7-57ad-469e-b29c-1fcda-78f5e91&groupId=10157

- Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/protocolo-de-desastres>

- **Simulacros escolares, una guía para su preparación:** sistematização de experiências geradas a partir da prática de simulados, organizado pelo UNICEF Panamá (material em espanhol).

<http://www.unicef.org/panama/spanish/herramienta6.pdf>

7. Avaliação

Caro(a) Agente de Proteção e Defesa Civil,
Parabéns por ter caminhado até o final deste curso.
Temos certeza que foi um esforço cheio de erros e
acertos e que lhe trará muitos benefícios.

O erro é o caminho para o acerto! Só erra quem
tenta acertar, quem tenta descobrir o novo ou se dispõe
a dar respostas com base em sua vivência.

Com base nisso propomos um momento de reflexão
sobre todo o trabalho aqui desenvolvido, no intuito de
melhorarmos a nós mesmos e contribuirmos para que
melhores cursos sejam realizados.

Responda sinceramente os formulários das páginas
seguintes, destaque-os e entregue ao seu instrutor.
Ele compilará os dados para ser debatido por todos
nós. Lembre-se que o formulário é ANÔNIMO, não
precisa escrever seu nome ou se identificar, a menos
que queira fazê-lo.

Obrigado por sua contribuição,
Equipe Pedagógica

Sistematização dos dados

Auto Avaliação do Participante	Avaliação do Instrutor	Avaliação do Curso
<u>Nota final</u> Some todas as notas e divida o resultado final pelo número de participantes para ter a média	<u>Nota final</u> Some todas as notas e divida o resultado final pelo número de participantes para ter a média	<u>Nota final</u> Some todas as notas e divida o resultado final pelo número de participantes para ter a média
<u>Resultados</u> Igual ou superior a 7: demonstra uma turma participativa e dedicada. Inferior a 7: procure saber com os participantes pontos a serem melhorados.	<u>Resultados</u> Igual ou superior a 3: demonstra um bom trabalho como Instrutor. Inferior a 3: reveja seu Plano de Aula e procure saber com os participantes pontos a serem melhorados.	<u>Resultados</u> Igual ou superior a 7: demonstra sucesso no curso. Inferior a 7: procure saber com os participantes pontos a serem melhorados.

Auto avaliação (A ser preenchida pensando em seu comportamento)

1. Pontualidade	Fui sempre pontual (1) Cheguei por vezes atrasado à aula (0,5) Cheguei frequentemente atrasado (0)	
2. Assiduidade	Nunca faltei (1) Faltei a poucas aulas (0,5) Faltei a muitas aulas (0)	
3. Comportamento	Cumpri sempre as regras de funcionamento da aula (1) Cumpri na maior parte das aulas as regras de funcionamento. (0,5) Não cumpri o proposto (0)	
4. Empenho	Fui sempre muito empenhado nas tarefas de sala ou de casa (1) Nem sempre fui empenhado nas tarefas de sala ou de casa (0,5) Não fui empenhado o suficiente (0)	
5. Solidariedade	Fui sempre solidário com os colegas (1) As vezes fui solidário vezes com os colegas (0,5) Não fui solidário o suficiente (0)	
6. Respeitar a opinião dos outros	Respeitei sempre a opinião dos outros (1) Nem sempre respeitei a opinião dos outros (0,5) Não respeitei a opinião dos outros o suficiente (0)	
7. Participação nos trabalhos de grupo	Participei ativamente nos trabalhos de grupo (1) Participei em alguns trabalhos de grupo (0,5) Não participei nos trabalhos de grupo (0)	
8. Expressão e defesa das minhas opiniões	Expressei e defendi sempre as minhas opiniões com clareza (1) Expressei e defendi sempre as minhas opiniões, mas, por vezes, com dificuldade (0,5) Não expressei e defendi as minhas opiniões com clareza (0)	
9. Superação das dificuldades	Superei sempre as minhas dificuldades (1) Nem sempre superei as minhas dificuldades (0,5) Não superei as minhas dificuldades (0)	
10. Autonomia/Pro atividade	Fui sempre autónomo nas tarefas (1) Nem sempre fui autónomo nas tarefas (0,5) Não tive autonomia para a realização das tarefas (0)	
RESULTADO	Some todos seus pontos! Se sua nota foi 7 ou mais parabéns pelo resultado, você foi um ótimo aluno.	

7. Avaliação

Avaliação do instrutor (a ser preenchida pensando na atuação de seu instrutor)

	O instrutor foi sempre pontual (1)	
1. Pontualidade	O instrutor chegou por vezes atrasado à aula (0,5) O instrutor teve muitos atrasos (0)	
2. Organização	O instrutor foi bastante organizado (1) O instrutor na maior parte do tempo foi organizado (0,5) Faltou organização por parte do instrutor (0)	
3. Domínio dos Conteúdos	O instrutor domina os conteúdos abordados (1) O instrutor domina em sua maioria os conteúdos abordados (0,5) O instrutor não domina os conteúdos abordados (0)	
4. Empenho em atender as demandas do aluno	O instrutor foi sempre muito empenhado nas dúvidas e comentários dos alunos (1) O instrutor foi pouco empenhado nas dúvidas e comentários dos alunos (0,5) O instrutor não demonstrou empenho nas dúvidas e comentários dos alunos(0)	
5. Associação dos conteúdos a realidade	O instrutor fez boas associações do conteúdo com a realidade local (1) O instrutor fez poucas associações do conteúdo com a realidade local (0,5) O instrutor não foi capaz de associar o conteúdo com a realidade local (0)	
RESULTADO	Some todos seus pontos! Se o valor foi 3 ou superior, parabéns ao Instrutor	

Avaliação do curso

	A carga horária foi adequada ao proposto (1)	
1. Carga Horária	A carga horária foi boa, mas poderia ser adequada (0,5) A carga horária foi inapropriada (0)	
2. Organização	O curso foi bem estruturado e organizado (1) O curso poderia ser melhor estruturado e organizado (0,5) Faltou organização para o curso proposto (0)	
3. Infraestrutura do local do curso	As instalações atenderam a expectativa (1) As instalações poderiam ser melhoradas (0,5) As instalações estavam inapropriadas (0)	
4. Material disponibilizado	O Material Oferecido está muito bem estruturado (1) O Material Oferecido poderia ser melhorado (0,5) O Material Oferecido não é funcional (0)	
5. Conteúdos Abordados	Os conteúdos abordados foram adequados ao tema Proteção e Defesa Civil (1) Faltou informações para que o conteúdo fosse adequado ao tema Proteção e Defesa Civil (0,5) Os conteúdos abordados não foram adequados ao tema Proteção e Defesa Civil (0)	
6. Qualidade dos Exercícios	Os exercícios propostos ajudaram no entendimento dos conteúdos (1) Apenas parte dos exercícios propostos ajudaram no entendimento dos conteúdos (0,5) Os exercícios propostos não ajudaram no entendimento dos conteúdos (0)	
7. Linguagem utilizada	A linguagem utilizada no curso foi acessível e de fácil compreensão (1) Parte do curso teve linguagem complexa e difícil de entender (0,5) A linguagem utilizada no curso foi complexa e difícil de entender (0)	
8. Aproximação do Conteúdos com a realidade	Os conteúdos, são importantes, e atendem a realidade local do Agente de Proteção e Defesa Civil (1) Apenas parte dos conteúdos atendem a realidade local do Agente de Proteção e Defesa Civil (0,5) Os conteúdos não se relacionam com a realidade local do Agente de Proteção e Defesa Civil (0)	
9. Discussões levantadas	As discussões/debate levantado durante o curso foram proveitosas (1) As discussões/debate levantado durante o curso poderiam ser mais proveitosas (0,5) As discussões/debate levantado durante o curso não foram proveitosas (0)	
10. Metodologia	A metodologia utilizada foi adequada (1) A metodologia utilizada não atendeu a todos os participantes (0,5) A metodologia utilizada não foi funcional para aprendizagem dos Agentes de Proteção e Defesa Civil (0)	
RESULTADO	Some todos seus pontos!	

